

Lula Marques/ Agência Brasil

CORREIO POLÍTICO

Instagram/@plnacional22



Nome de Valdemar era Michelle

Valdemar torce pela briga

As projeções feitas pelo PL confirmam o que publicou o Correio da Manhã na semana passada, com base nas pesquisas mais recentes em cada estado. O PL pode sair forte das urnas de outubro do ano que vem, elegendo até oito governadores e até 16 senadores. Pelas projeções do partido, porém, deverá diminuir na Câmara: elegeu 99 deputados, hoje tem 87 e deverá eleger em torno de 80. Tudo isso, porém, se o caldo não desandar até outubro de 2026. E essa é a grande preocupação do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. E, para ele, essa chance de o caldo desandar está diretamente relacionada à candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência, ungida por seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nome de Valdemar é Michelle

As mesmas pesquisas internas fazem de Michelle Bolsonaro o nome preferido de Valdemar. Ela planejava um grande ato no Rio de Janeiro, onde, esperava-se, ela seria aclamada pela militância feminina do PL. As ações em favor de Flávio frearam toda a disposição eleitoral de Michelle. Bolsonaro não quer de forma alguma sua esposa como herdeira do espólio presidencial da família. E boa parte do movimento teve esse objetivo de freá-la.

Joédson Alves/Agência Brasil



Rejeição alta inviabilizaria Flávio

Presidente do PL espera reações

O baque foi tão forte que não apenas o evento foi cancelado. Michelle pediu licença médica e afastou-se temporariamente do PL. Fez um pronunciamento natalino no qual fala de “traições” (não se sabe exatamente de quem). Toda essa situação faz Valdemar Costa Neto não ter outra opção no momento senão torcer pela briga. Não uma briga entre Michelle e a família Bolsonaro. Mas uma reação política interna e no campo conservador que provoque um freio de arrumação que demova a candidatura de Flávio e obrigue novos arranjos.

Flávio inibiu Tarcísio

O lançamento de Flávio, mostraram as pesquisas, inibiu o crescimento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Mas Flávio tem uma rejeição que ultrapassa os 60%. Ou seja, não parece um nome capaz de vencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um segundo turno. O temor de Valdemar, então, é que a indefinição do campo conservador provoque desânimo.

POR
RUDOLFO LAGO

Pragmáticos

O desânimo poderia atacar o campo mais pragmático – que é o campo original do PL. Um desânimo que produza movimentos de enfraquecimento dessas chances, facilitando a vida de Lula na tentativa de reeleição. Mesmo o próprio Flávio, acredita-se, pode acabar mais à frente desistindo da candidatura.

Foro

Flávio poderia desistir diante de uma expectativa bem mais fácil de se reeleger senador. Seu irmão, Eduardo, foi cassado, perdeu o mandato e responde a ação no STF. Flávio também vai precisar de foro especial. Valdemar precisa conseguir arrumar todo esse meio de campo dentro do PL até abril e maio.

Choque

Em junho, acontecem as convenções partidárias. E é preciso haver uma segurança do quadro político para definir bem as candidaturas e conseguir ser de fato competitivo em outubro. Assim, ele, no momento, aposta nas reações políticas para que elas provoquem um choque de realidade no clã Bolsonaro.

Pela culatra

A manutenção da aposta no sobrenome pode, na verdade, jogar por terra o projeto da direita, no eventual quarto mandato de Lula. Se a opção por Flávio Bolsonaro é uma reação do clã para seguir mantendo o controle do campo da direita, o tiro pode sair pela culatra. A direita poderá precipitar outros planos e deixar Bolsonaro à deriva.

Agora ou depois

Isso pode já acontecer em 2026. Mas, se Lula for reeleito, com mais probabilidade acontecerá depois. Um cenário sem Lula e Bolsonaro projeta um tempo de novas opções políticas fora dessa polarização. E junto com o derretimento de Bolsonaro, pode também derreter junto também o próprio PL.

Referência

O plano de Valdemar era fazer do PL a grande referência conservadora do país. Abrigando ali a extrema-direita bolsonarista e dialogando com a centro-direita mais pragmática. Precisa evitar que o radicalismo afaste os dois campos. Diante do risco, Valdemar torce pela briga agora.



Isenção de IR até R\$ 5 mil teve unanimidade no Congresso

Governo fecha ano com destaque para isenção de IR

2025 também teve foco na COP 30 e Licenciamento ambiental

Por Gabriela Gallo

O ano de 2025 foi marcado com uma série de projetos de lei aprovados, alguns com vetos e outros não, e a realização da Conferência do Clima da ONU (COP 30), o maior evento de discussões e negociações sobre mudanças climáticas em Belém (PA). Confira demais destaques do ano:

Isenção IR

Um dos destaques do ano, que no geral foi avaliado como positivo tanto pelo governo federal quanto pelo Congresso Nacional foi a lei que altera as regras do Imposto de Renda (IR) e isenta o pagamento do tributo para contribuintes que recebam até R\$ 5 mil mensais (Lei 15.270, de 2025). O projeto foi aprovado por unanimidade tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, um feito relativamente raro considerando o ano de atritos entre os poderes Executivo e Legislativo.

Além da isenção total para quem ganha até R\$ 5 mil, a lei ainda determina a isenção parcial para os contribuintes que ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Acima desse valor, segue a tabela normal do Imposto de Renda. Para compensar os cofres públicos pela perda de arrecadação, a lei aumenta a taxa de altas rendas, com rendimento a partir de R\$ 600 mil anuais, com uma taxa que pode chegar até 10%. Na prática, a nova isenção terá impacto na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2027, ano-base 2026.

Reforma tributária

Apesar do texto ainda não ter sido sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Congresso Nacional encerrou no final do ano a discussão e elaboração da reforma tributária, aprovando o último projeto de lei complementar que regulamenta a medida (PLP 108/2024). Em janeiro, Lula sancionou o primeiro PLP (Lei Complementar 214/2025), que implementa os novos tributos CBS (Contribuição de Bens e Serviços), IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e o IS (Imposto Seletivo). Ao sancionar o PLP 108, a nova Lei Complementar criará o Comitê Gestor do IBS, responsável por fiscalizar e monitorar o tributo. A sanção é importante para se dar início, efetivamente, ao período de transição da reforma tributária.

Vetos

Neste ano também houve uma série de embates entre o governo e o Congresso, como a nova Lei de Licenciamento Ambiental, que teve 63 vetos do presidente Lula e o Congresso derrubou 52 vetos. Outros projetos que foram sancionados com vetos serão avaliados em sessão conjunta no Congresso no retorno do recesso legislativo. Dentre eles, está a lei que corta isenções tributárias federais e aumenta a taxa de casas de apostas e de fintechs, sancionada na sexta-feira (26).